



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACÁS
JUNTOS, CONSTRUÍMOS O AMANHÃ

PARECER Nº ____/2025

PROJETO DE LEI 41 /2025

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei Ordinária nº 41/2025

Autor: Vereador Alex Gomes de Oliveira

Ementa: “Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 603/2022, que institui o Programa Auxílio Graduação, ampliando a abrangência do auxílio para estudantes matriculados em instituições de ensino superior em outros Estados da Federação.”

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária nº 41/2025, de autoria do Vereador Alex Gomes de Oliveira, propõe **alteração no artigo 1º da Lei Municipal nº 603/2022**, com a finalidade de **ampliar o alcance do Programa Auxílio Graduação**, estendendo seus benefícios também aos estudantes de Maracás matriculados em **instituições de ensino superior localizadas fora do Estado da Bahia**.

O objetivo da proposta é promover maior inclusão e apoio educacional a jovens do município que, por razões acadêmicas ou de oportunidade, cursam graduação em outros Estados da Federação.

II – COMPETÊNCIA E ASPECTOS LEGAIS

A matéria trata de política pública de incentivo à educação superior, **de competência legislativa municipal**, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, que trata dos interesses locais, bem como do artigo 205 da mesma Carta, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado.

A proposta **não cria nova despesa**, mas altera uma norma existente, ampliando seu escopo. A ampliação do benefício está condicionada à **capacidade orçamentária do município**, cabendo à Administração Pública, via regulamentação, definir critérios de seleção, prioridades e limites de vagas ou valores, de modo a garantir a sustentabilidade do programa.

Do ponto de vista **jurídico, constitucional e legal**, a proposição é legítima e respeita os princípios da legalidade, da igualdade, da eficiência e da razoabilidade. Também está em



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MARACÁS

JUNTOS, CONSTRUÍMOS O AMANHÃ

conformidade com os princípios da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996)**.

III – REDAÇÃO FINAL

O texto legislativo está **bem estruturado e claro**, propondo modificação específica no artigo 1º da Lei nº 603/2022, de forma objetiva. A alteração amplia o público-alvo do programa, sem comprometer a integridade do restante da norma.

Sugere-se, em futura regulamentação, a definição dos **critérios de comprovação da matrícula e residência, bem como mecanismos de controle e acompanhamento da concessão do auxílio fora do estado**.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final **opina pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Ordinária nº 41/2025**, de autoria do Vereador Alex Gomes de Oliveira, estando o mesmo apto a seguir sua tramitação regimental nesta Casa Legislativa.

Maracás, 15 de Julho de 2025.

maracás
Vereadora Noélia Souza Novaes
Presidente da Comissão

Vereador Renê Pires de Almeida
Secretário da Comissão


Vereador Alex Gomes de Oliveira
Relator da Comissão